

Quinta-feira, 10 de julho de 2008 Pág. 17

CCJ vota pela criminalização  
Renata Mariz

## ABORTO

Deputados da comissão rejeitam projeto que prevê o fim da punição para quem interromper a gravidez voluntariamente. Tema pode ir a plenário

Com versos de Gonzaguinha — “Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será...” —, grupos contrários ao aborto comemoraram a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados de rejeitar, ontem, o projeto de lei que descriminaliza a interrupção voluntária da gravidez. Apenas quatro parlamentares se manifestaram a favor do projeto, entre eles José Genoíno (PT-SP), que prometeu levar o tema ao plenário da Casa. Outros 30 votaram com o relator, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pelo arquivamento da proposta.

Para grupos ligados aos direitos das mulheres, o resultado, embora já esperado, representa uma derrota. “Desde o início, essa discussão foi pautada por argumentos religiosos. Não concordamos com a votação em véspera de eleição”, ressentiu-se Kauara Rodrigues, assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). O deputado Cunha, ligado à igreja evangélica Sara Nossa Terra, rechaça as críticas: “O direito à vida foi consagrado no artigo 5º da Constituição. Foi nisso que me baseei ao fazer o relatório, julgando a matéria inconstitucional”.

José Eduardo Cardozo (PT-SP), ao votar contra o relatório de Cunha, desqualificou os argumentos jurídicos apresentados no documento. “Não há direitos absolutos na Constituição Federal. Fosse absoluto o direito à vida, não se poderia matar em legítima defesa ou em situações de guerra. O tema tem a ver com fé, com religião, e eu respeito. Mas dizer que é inconstitucional, eu não aceito”, afirma. Além de Cardozo e Genoio, votaram a favor da descriminalização do aborto Eduardo Valverde (PT-RO) e Regis de Oliveira (PSC-SP).

## Manifestação

Em meio a manobras regimentais empreendidas pela bancada do PT, que tentava postergar a votação, uma manifestação apelativa foi feita pelos deputados Carlos William (PTC-MG), Miguel Martini (PHS-MG) e Luiz Bassuma (PT-BA) — evangélico, católico e espírita, respectivamente. Depois de discursar com duas bonecas nas mãos, William levantou um pequeno caixão branco, afirmando que gostaria de ver o projeto da legalização do aborto enterrado. Atrás dele, Martini e Bassuma seguravam imagens de fetos malformados, crianças nascidas prematuramente e barrigas abertas.

Durante a votação, grupos feministas que participavam da sessão também protestaram. Amarraram lenços roxos na boca para denunciar a falta de diálogo na comissão. Do outro lado da platéia, manifestantes ligados a congregações religiosas aplaudiam e gritavam a cada voto contrário ao projeto. Genoio, um dos quatro parlamentares que se manifestaram a favor da proposta, tentará colher assinaturas de 10% dos deputados para pedir nova votação, em plenário. “Vamos levar o assunto adiante. Não se pode votar algo tão importante de maneira apressada e baseada em dogmas religiosos”, considera.